

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL

CURSO DE MESTRADO

Disciplina:

Limitações constitucionais às escolhas públicas

Responsável:

Prof. Dr. André Saddy

1. Objetivos:

A presente proposta de disciplina insere-se no âmbito da Linha de Pesquisas “*Instituições Políticas, Administração Pública e Jurisdição Constitucional*”, do PPGDC. A ideia básica é estabelecer os limites constitucionais e legais das escolhas públicas.

Sendo assim, seu objetivo é oferecer uma perspectiva interdisciplinar e crítica à compreensão das escolhas públicas bem como das formas de manifestação de vontade da Administração, sejam elas vinculativas ou derivadas de qualquer manifestação de subjetividade ou autonomia pública. Dotar o acadêmico de senso crítico e capacidade analítica para verificar as possibilidades e desafios do direito público, dentre elas as formas de subjetividade ou autonomia pública, seus limites e formas de contenção seria o objetivo central da disciplina.

Proporcionar um instrumental teórico e metodológico apto ao desenvolvimento de pesquisas acadêmicas voltadas à realidade da gestão pública, campo fértil para a realização de pesquisas empíricas, tais como a discricionariedade policial, médica e social que permitem um contato direto do pesquisador com diversos nichos da Administração Pública, muitas vezes alheias à dogmática jurídica.

A disciplina visa também debater os textos disponibilizados aos alunos e orientá-los na elaboração de trabalhos sobre os temas propostos no programa, além de analisar os trabalhos científicos dos alunos, bem como ajuda-los a aprofundar os mesmos.

Por fim, oferecerá aos alunos ao longo do curso uma visão europeia do controle da Administração Pública e limites à discricionariedade em Portugal, Espanha, França e Inglaterra.

2. Ementa detalhada:

2. Ementa detalhada:

Estado pós-moderno, Administração Pública e subjetividade. Subjetividade ou Autonomia Pública. Fases evolutivas e cronologicamente distintas da subjetividade/autonomia na atividade administrativa da função executiva. Multidisciplinariedade do estudo da discricionariedade administrativa e sua dificuldade de definição. Tipos de decisões discricionais. Modalidades discricionais. Elementos essenciais da definição da discricionariedade. Distinção entre discricionariedade e conceitos jurídicos indeterminados. Discricionariedade técnica. Discricionariedade versus arbitrariedade. Apreciatividade administrativa. As diferentes modalidades de margem de liberdade de órgãos administrativos. Elementos essenciais da definição da apreciatividade. Distinções entre apreciatividade e conceitos afins. Limites da discricionariedade e apreciatividade administrativa. Tipos de limites relacionados com a discricionariedade e a apreciatividade administrativa. Atrofia, minguagem ou redução da discricionariedade e da apreciatividade administrativa. Técnicas de contenção e controle administrativo e judicial da discricionariedade e da apreciatividade administrativa. Distintos tipos de controles da Administração Pública. Como controlar a discricionariedade e a apreciatividade. Anulação ou substituição da decisão administrativa. Análise jurisprudencial.

3. Método e procedimentos didático-pedagógicos:

O curso é composto por 15 encontros de 3h/aula. Os três primeiros encontros serão expositivos e depois de debates dos textos disponibilizados aos alunos. Em seguida, os 12 encontros posteriores serão desenvolvidas em regime de seminário, sendo designado um expositor e um debatedor para cada tema, seguido de debates. Cada seminário corresponderá uma leitura orientada de textos básicos e complementares, sendo cabível o acréscimo de eventuais casos concretos ou outro tipo de material de pesquisa pertinente. Ao final, um artigo científico deverá ser produzido com vistas a uma publicação.

4. Conteúdo Básico de Ensino:

UNIDADE I – ESTADO PÓS-MODERNO, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SUBJETIVIDADE

1.1 Estado, função executiva e Administração Pública

1.1.1 Subjetividade ou Autonomia Pública

1.1.1.1 Subjetividade ou autonomia pública legislativa

1.1.1.2 Subjetividade ou autonomia pública jurisdicional

1.1.1.3 Subjetividade ou autonomia pública executiva

1.2 Atividade administrativa da função executiva e suas distintas formas de atribuição de subjetividade ou autonomia pública

1.3 Fases evolutivas e cronologicamente distintas da subjetividade/autonomia na atividade administrativa da função executiva

1.3.1 Estado Liberal ou Mínimo e a absoluta discricionariedade

1.3.2 Estado intervencionista e a maturação da discricionariedade

1.3.3. Estado Pós-moderno e os novos enfrentamentos da discricionariedade

1.4 Poderes, faculdades ou prerrogativas da atividade administrativa da função executiva e

suas distintas valorações subjetivas

- 1.4.1. Poder normativo ou regulamentar e sua fiel execução
- 1.4.2 Poder de organização (direção e hierárquico) e sua moderação
- 1.4.3 Poder de ordenação, limitação ou de polícia e sua ponderação
- 1.4.4 Poder regulatório e sua execução reflexiva
- 1.5 Funções e formas de atuação administrativas da atividade administrativa da função executiva
 - 1.5.1 Atividade de ordenação, limitação ou de polícia
 - 1.5.2 Atividade prestacional
 - 1.5.3 Atividade de promoção, estímulo, orientação ou fomento
- 1.6 Meios de manifestação da atividade administrativa da função executiva
 - 1.6.1 O ato administrativo
 - 1.6.2 Coação administrativa
 - 1.6.3 Atividade técnica ou material administrativa
- 1.7 Distintas valorações subjetivas nas funções, formas e meios de atuação da atividade administrativa da função executiva

UNIDADE II – DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA NO BRASIL E NA EUROPA

- 2.1 Multidisciplinariedade do estudo da discricionariedade administrativa e sua dificuldade de definição
- 2.2 Conceito de discricionariedade administrativa e sua diferença frente à atuação vinculada
 - 2.2.1 Diferenças entre discricionariedade potencial e efetiva
 - 2.2.2 Distinção entre a discricionariedade de atuação e a discricionariedade de eleição
 - 2.2.3 Tipos de decisões discricionais
 - 2.2.4 Modalidades discricionais
- 2.3 Elementos essenciais da definição da discricionariedade
 - 2.3.1 Margem de liberdade/autonomia/volição
 - 2.3.1.1 Margem parcial ou relativa
 - 2.3.2 Administração Pública como sujeito
 - 2.3.3 Dever de atender aos interesses públicos
 - 2.3.3.1 O dever discricional
 - 2.3.4 A norma jurídica como única fonte ordinária da discricionariedade administrativa
 - 2.3.4.1 Norma jurídica
 - 2.3.4.2 A discricionariedade administrativa e sua relação com as ações deônticas
 - 2.3.4.3 A discricionariedade administrativa nos componentes lógico-estruturantes da norma jurídica de competência e de conduta
- 2.4 Distinção entre discricionariedade e conceitos jurídicos indeterminados
 - 2.4.1 Discricionariedade técnica
- 2.5 Discricionariedade versus arbitrariedade

UNIDADE III – O CONCEITO DE APRECIATIVIDADE ADMINISTRATIVA

- 3.1 As diferentes modalidades de margem de liberdade de órgãos administrativos
- 3.2 As diferentes nomenclaturas relacionadas com a apreciatividade

- 3.3 Atividade apreciativa da Administração
- 3.4 Elementos essenciais da definição da apreciatividade
 - 3.4.1 Margem de liberdade/autonomia/volição rotineira realizada com algum caráter de imediatas ou urgência
 - 3.4.1.1 Tomada de eleição ou decisão: processo, método e técnicas
 - 3.4.2 Servidores que atuam em primeira linha de frente ou que tem contato direto com os cidadãos como sujeitos (*street-level bureaucrats*)
 - 3.4.2.1 A automação administrativa
 - 3.4.2.2 A inexistência de motivação, procedimento administrativo e ato administrativo formal
 - 3.4.3 Deriva da indeterminação do Direito
 - 3.4.3.1 Fontes habilitadoras da apreciatividade
 - 3.4.3.2 As diferentes fontes habilitadoras como afetadoras de eleições/decisões
- 3.5 Distinções entre apreciatividade e conceitos afins
 - 3.5.1 Margem de livre apreciação dos conceitos jurídicos indeterminados
 - 3.5.2 Poder gracioso
 - 3.5.3 *Interna corporis*

5. Procedimentos de Avaliação:

A avaliação é concebida como processo formativo e será realizada no transcorrer do semestre letivo, considerando-se a desenvoltura dos discentes e a sua participação efetiva nas atividades propostas, tanto em sala de aula como em eventos extracurriculares.

Cada discente ficará responsável pela apresentação de um seminário em sala de aula, a partir das indicações de temas e bibliografia pelo professor, bem como pela elaboração de um artigo científico a ser entregue no final do curso.

Serão considerados como critérios e pesos:

- Artigo científico (peso 3)
 - Organização (divisão-sequência lógica)
 - Texto (originalidade e profundidade)
 - Metodologia e clareza
 - Bibliografia utilizada
 - ABNT e português
 - Pontualidade na entrega
- Seminários (peso 2)
 - Entrega prévia de roteiro de exposição da pesquisa
 - Método
 - Tempo
 - Distribuição temática
 - Pontos não abordados
 - Exemplos, casos, jurisprudências
 - Divergência
 - Segurança na comunicação
 - Material didático
- Participação em aula (peso 1)
 - Participação como expositor/facilitador
 - Participação em grupo
 - Pontualidade

Assiduidade
Atenção
Proatividade

Não serão aprovados os trabalhos que não abordem com profundidade e objetividade os temas e que não se encontrem em condições de publicação. Além disso, os artigos deverão obedecer as normas da ABNT.

Norma	Número
Apresentação de Citações em Documentos	NBR 10520 (Orig. NBR896)
Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos - Apresentação	NBR 14724 (Ago 2002) (Abr 2011)
Informação e Documentação - Referências - Elaboração	NBR 6023 (Orig. NB66)
Informação e Documentação - Sumário - Apresentação	NBR 6027 (Mai 2003)
Informação e Documentação - Resumo - Apresentação	NBR 6028 (Nov 2003)
Apresentação de artigo científico	NBR 6022

6. Programa

Aula 01	Apresentação: Programa, bibliografia, metodologia de trabalho e de avaliação, organização de seminários. Apresentação do contexto em que se situa a disciplina. Tema: Discricionariade (estado da arte) Expositor: Prof. Dr. Eur. André Saddy	25/08/2017
Aula 02	Tema: Formas de subjetividade administrativa Expositor: Prof. Dr. Eur. André Saddy	01/09/2017
Aula 03	Recesso	08/09/2017
Aula 04	Tema: Limites e técnicas de contenção das subjetividades administrativas Expositor: Prof. Dr. Eur. André Saddy	15/09/2017
Aula 05	Debate: textos 01 (xxxx) e 02 (xxxx)	22/09/2017
Aula 06	Debate: texto 03 (xxxxx), texto 04 (xxxx)	29/09/2017
Aula 07	Debate: texto 05 (xxxxx), texto 06 (xxxx)	06/10/2017
Aula 08	Feriado - Nossa Senhora Aparecida	13/10/2017
Aula 09	Tema 1: xxxxx Expositor: xxxx Debate: texto 06 (xxxx)	20/10/2017
Aula 10	Tema 2: xxxxx Expositor: xxxxx	27/10/2017

	Debate: texto 07 (xxxx) e texto 08 (xxxx),	
Aula 11	Tema 3: xxxx Expositor: xxxx Debate: texto 09 (xxxx) e texto 10 (xxxxx);	03/11/2017
Aula 12	Tema 4: xxxx Expositor: xxxx Debate: texto 11 (xxxx), 12 (xxxxx) e texto 13 (xxxx)	10/11/2017
Aula 13	Tema 5: xxxx Expositor: xxxx Debate: textos14 (xxxx), 15 (xxxx) e 16 (xxxx);	17/11/2017
Aula 14	Tema 6: xxxx Expositor: xxxxx Debate: texto 17 (xxxxx);	24/11/2017
Aula 15	Tema 7: xxxx Expositor: xxxx Debate: textos18 (xxxx);	01/12/2017
Aula 16	Tema 8: xxxx Expositor: xxxx Debate: texto 19 (xxxx) e texto 20 (xxxx) Happy Hour	08/12/2017
	Entrega dos trabalhos (por e-mail)	60 dias improrrogáveis a contar do termo final do correspondente semestre letivo (06/02/2017, terça, até às 23:59h)